

Gerardo Magela



Roosevelt Pinheiro



Nelson Jobim (E) é recepcionado no Congresso por Renan e Aldo Rebelo. Abertura dos trabalhos é conduzida por Renan, na Mesa composta por Inocêncio (E), Edson Vidigal, Aldo, Jobim, Dilma Rousseff e Guilherme Palmeira

Congresso investiga, elimina privilégios e busca sociedade justa, afirma Renan

Na mensagem enviada a senadores e deputados, presidente Lula também destaca o trabalho do Legislativo no ano passado

Os recentes avanços do Parlamento brasileiro foram destacados pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, na abertura do ano legislativo. Renan lembrou

que, em 43 dias úteis da convocação extraordinária, o Senado realizou 42 sessões e aprovou 123 matérias, enquanto a Câmara votou 101 matérias. O presidente

do Senado elogiou o esforço dos deputados e senadores nas CPIs e na votação de projetos de interesse nacional. Na mensagem enviada ao Congresso, o presidente

Luiz Inácio Lula da Silva diz esperar que o Congresso aprove este ano o Sistema de Segurança Alimentar, a Política de Saneamento Básico, o Conselho de Bioética

e o Sistema de Defesa da Concorrência, entre outras propostas. O presidente do STF, Nelson Jobim, defendeu a independência do Judiciário. **Páginas 3 a 6**

Receita adicional do Orçamento fica em R\$ 15,2 bilhões

A reestimativa de arrecadação federal feita pelo Comitê de Receitas da Comissão Mista de Orçamento foi rejeitada pelo governo. Com isso, o relator-geral do projeto orçamentário de 2006, deputado Carlito Merss, só usará R\$ 15,2 bilhões de receitas adicionais de reestimativa, e não R\$ 18,3 bilhões. A reivindicação dos governadores de compensação pela Lei Kandir diminui as chances de votação do Orçamento ainda este mês. **Página 7**

Márcia Kallume



Dimas Toledo (D) depõe na CPI dos Correios. Ao seu lado, Asdrúbal Bentes, Delcídio Amaral, Osmar Serraglio e Romeu Tuma

Dimas Toledo nega autoria da "lista de Furnas"

Ex-diretor de Furnas Centrais Elétricas, Dimas Toledo negou com veemência ter participado da elaboração da lista com 156 nomes de políticos que, supostamente, teriam recebido recursos de

caixa dois administrados pela hidrelétrica em 2002. Uma cópia da lista, que contém a assinatura de Dimas, foi entregue à Polícia Federal pelo lobista Nilton Monteiro. Antes do início

do depoimento de Dimas, os parlamentares prestaram solidariedade ao senador Delcídio Amaral, presidente da CPI dos Correios, que recebeu carta com ameaças à sua família. **Página 8**

Lula vetará projeto sobre renegociação de dívida agrícola

O presidente Lula vai vetar o projeto sobre a renegociação de dívidas de agricultores nordestinos, aprovado terça-feira pelo Senado. O anúncio foi feito ontem pelo líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante. Ele informou, ainda, que o governo deverá editar nas próximas semanas uma medida provisória para beneficiar micro, pequenos e médios produtores do semi-árido, com contratos em atraso no valor de até R\$ 50 mil. **Página 7**

Senadora propõe estabelecer metas para os investimentos e projetos na área social, o acompanhamento dos seus resultados pela sociedade e a qualificação da sua eficiência

Lúcia Vânia defende criação da Lei de Responsabilidade Social

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) defendeu a aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC 29/03) que objetiva instituir a Lei de Responsabilidade Social. A PEC de sua autoria, que tramita no Senado desde 2003, propõe a criação de norma que estabeleça metas para os investimentos e projetos sociais com o objetivo de garantir a melhoria e eficácia dessas propostas.

A proposta de emenda à Constituição já foi aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e deve ser votada em Plenário ainda este semestre, acredita a senadora.

Lúcia Vânia também registrou a realização do seminário



Segundo Lúcia Vânia, a medida permitirá estabelecer metas para os investimentos

“Responsabilidade Social de Governos: Diálogo Nacional entre Estados”, em Fortaleza, no último fim de semana. De acordo com a senadora, participaram do evento especialistas da área social e autoridades como o governado-

res do Ceará, Lúcio Alcântara, e de São Paulo, Geraldo Alckmin. O evento serviu, segundo Lúcia Vânia, como vitrine para políticas públicas em desenvolvimento em vários estados.

Na interpretação da parlamentar, a grande quantidade de programas de transferência de renda que existe hoje não permite avaliação efetiva dos gastos públicos e dos ganhos obtidos. A lei por ela proposta “garantirá o acompanhamento, por parte da sociedade, dos resultados das ações”. O projeto de Lúcia Vânia prevê também a criação de um Índice Nacional de Responsabilidade Social, que qualificará a eficiência dos programas em cada município.

Projeto autoriza maior de 16 anos a dirigir com permissão especial

Começa a tramitar no Senado proposição destinada a conceder a jovens a partir de 16 anos permissão especial para dirigir automóveis. Para assumir a condução do veículo, o adolescente precisará estar acompanhado de um dos pais ou de seu responsável legal, sendo que esses devem possuir habilitação há pelo menos três anos. Esse é o teor do projeto assinado pelo senador Gilvam Borges (PMDB-AP).

O Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503/97) estabelece que só a partir de 18 anos a pessoa

pode se candidatar a conduzir veículo automotor. O autor da matéria argumenta, no entanto, que muitos direitos vêm sendo estendidos aos adolescentes de 16 e 17 anos.

– Exatamente aquele contingente de indivíduos dos quais, até bem pouco tempo, dizia-se não terem maturidade suficiente para votar – comenta Gilvam.

Para o senador, a freqüente associação de acidentes de trânsito à presença de menor no volante não desqualifica a proposta. Na sua opinião, mesmo nessas cir-



Gilvam diz que os jovens amadurecem cada vez mais precocemente

cunstâncias, não se pode concluir pela incapacidade dos jovens para a função. Segundo ele, isso ocorre porque, “dirigindo irregularmente, os jovens condutores não passaram pelo necessário processo de aprendizado e avaliação com vistas à habilitação”.

Valmir Amaral apóia uso de vagas por condutores de deficientes

Valmir Amaral (PTB-DF) defendeu o uso das vagas especiais dos estacionamentos pelos condutores de portadores de deficiência e de idosos. A proposta (PLS 84/02) é do então senador Carlos Bezerra.

A lei estabelece que haja nos estacionamentos vagas especiais reservadas a idosos e a portadores de deficiência. O projeto apoiado por Amaral visa estender aos condutores dessas pessoas o acesso às mesmas vagas especiais. O senador exemplificou analisando a situação de um pai ou uma mãe que conduza um filho portador de deficiência. “Ou ele estaciona em vaga distante, ou deixa o filho



Valmir Amaral relata dificuldades enfrentadas por portador de deficiência

desacompanhado próximo ao local de destino até encontrar vaga comum. No primeiro caso, impõe ao filho desnecessário sacrifício; no outro, sujeita-o a risco injustificável.”

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Primeira sessão do ano legislativo

O Plenário promove hoje, às 14h, a primeira sessão do ano legislativo, o último desta legislatura. De caráter não-deliberativo, ela é destinada a debates de parlamentares e avisos da Mesa diretora. Não estão previstas votações. A análise de projetos será retomada na sessão da próxima segunda-feira.



Sócio da Aerpostal

A Sub-Relatoria de Contratos, da CPI dos Correios, ouve hoje, às 11h, um dos sócios da empresa Aerpostal, Sérgio Vignoli. Poderá também ser feita oitiva de Dinaldo dos Santos, Gilberto Alves Setúbal e Michel Abud Atie Júnior – os dois últimos ligados à gravação em que representantes da Beta discutem acordos com os Correios e com a concorrente Varig Log.

Fundos de pensão

A Sub-Relatoria de Fundos de Pensão tem reunião marcada para as 14h. Estão previstos os depoimentos dos representantes da Centrus, Ricardo Monteiro de Castro Melo, e da Portus, Adrei Antonio Degasperi. A sub-relatoria investiga operações financeiras entre fundos de pensão das estatais e corretoras em que os fundos teriam tido prejuízos sucessivos.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670

Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 2º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão solene de ontem do Congresso Nacional foi presidida pelo senador Renan Calheiros

O senador diz que o volume de matérias aprovadas no período superou, em quantidade e qualidade, os resultados de várias sessões legislativas

Fotos: Geraldo Magalhães



Renan (C) e Aldo (D), na companhia de Jobim, dirigem-se ao Plenário da Câmara

Chuva não tira brilho da cerimônia de instalação do ano legislativo

A chuva atrapalhou, mas não tirou o brilho da cerimônia de abertura dos trabalhos da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura do Congresso Nacional. A solenidade começou com 30 minutos de atraso, às 16h, no Salão Nobre do Senado Federal, com os presidentes da Casa, senador Renan Calheiros, e da Câmara, deputado Aldo Rebelo, recepcionando o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Nelson Jobim. Esta foi a primeira vez que um dirigente da Alta Corte veio ao Congresso Nacional para trazer sua mensagem na abertura dos trabalhos legislativos.

Renan, Aldo e Nelson Jobim dirigiram-se, acompanhados de diversos parlamentares, ao Plenário da Câmara passando pelo Salão Negro do Congresso Nacional, onde estava formada a tropa dos Dragões da Independência. Às 16h15, teve início a sessão solene, com a execução do *Hino Nacional* pela Banda dos Fuzileiros Navais.

O presidente do Senado Federal abriu, depois, a sessão solene, comunicando a presença, no Plenário, da ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, portadora da mensagem anual do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, cuja introdução foi lida pelo 1º secretário do Congresso Nacional, deputado Inocêncio Oliveira. Também compuseram a Mesa Aldo Rebelo, Inocêncio Oliveira, o ministro Nelson Jobim, a ministra Dilma Rousseff

e, representando o Tribunal de Contas da União, o ministro Guilherme Palmeira.

A ministra Dilma Rousseff e o ministro Nelson Jobim fizeram a entrega das mensagens a Renan Calheiros e Aldo Rebelo logo após a execução do Hino. Entre as autoridades presentes, estavam o presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Edson Vidigal; o ministro do STF José Celso de Mello; o ministro das Relações Institucionais, Jacques Wagner; o ministro de Estado do Controle e da Transparência, Waldir Pires; o núncio apostólico dom Lourenzo Baldisseri; os embaixadores da Áustria, Werner Brandstetter; da Guatemala, Manuel Roldan Barillas; e do Gabão, Benjamin Legnongo-Ndumba; além de senadores e deputados.

Forte chuva

O Exército colocou à disposição do Congresso Nacional, para a cerimônia, quatro caminhões, cerca de 100 motocicletas e quatro canhões destinados à salva de tiros. A chuva impediu que a parte externa da cerimônia fosse realizada. Pela programação, o presidente do Senado chegaria à frente da rampa do Congresso, onde também seria executado o *Hino Nacional*, pela Banda do 1º Regimento de Cavalaria de Guarda. Concomitantemente, as bandeiras das duas Casas legislativas seriam hasteadas e ocorreria uma salva de 21 tiros de canhão pelo 32º Grupo de Artilharia de Campanha, o que acabou não ocorrendo.

Renan exalta avanços obtidos pelo Congresso na convocação

O presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, destacou ontem os recentes avanços do Parlamento brasileiro, em discurso proferido na sessão solene de abertura do ano legislativo. O senador também exaltou o papel da imprensa e do Congresso Nacional na manutenção e desenvolvimento da democracia.

– Pode haver Congresso sem democracia, mas não existe democracia sem Congresso. Nenhum Parlamento, aqui ou em outra parte do mundo, sobrevive sem a crítica e na ausência da primeira e mais cara das liberdades: a da livre manifestação do pensamento, que se materializa com a liberdade de imprensa – frisou.

Renan recordou que, apesar de a “banalização de medidas provisórias” ter paralisado 65% das sessões deliberativas do Senado, o volume de matérias aprovadas nas duas Casas do Congresso em 2005 extrapolou os resultados de várias sessões legislativas, não apenas pela quantidade, mas também pela qualidade. O senador fez um rápido balanço do período de convocação extraordinária.

– Claudicante no início, a convocação revelou-se produtiva. Mais do que eliminarmos vícios antigos, os números são desapassionados e eloquentes. Em 43

dias úteis, o Senado realizou 42 sessões e aprovou 123 matérias. No mesmo período, a Câmara fez 34 sessões e votou 101 matérias, em sua maioria, importantes para o país – relatou.

Renan Calheiros avaliou como um avanço a eliminação do pagamento de remuneração adicional aos parlamentares em convocações extraordinárias, e a diminuição do período de recesso, permitindo a ampliação das sessões legislativas. A seu ver, esse era “um binômio de regalias condenado pela sociedade”.

O presidente do Senado elogiou o esforço dos deputados e senadores que trabalham nas comissões parlamentares de inquérito (CPIs). Destacou ainda o zelo, o equilíbrio e a competência dos parlamentares no cumprimento do seu dever com as investigações e com a votação de projetos de interesse nacional.

Ele ressaltou que métodos e práticas inaceitáveis chegaram a afetar a legitimidade do sistema eleitoral, principal suporte da democracia representativa, observando, no entanto, que “não houve hesitação para expor as mazelas que macularam esse

sistema”.

– Urgia agir com presteza, como em outros momentos de nossa história. O país testemunhou a dedicação no encargo de ouvir testemunhas, afrontar mentiras, ouvir evasivas e engolir manobras de acusados. Um esforço na busca dos elementos que permitam oferecer ao Ministério Público, quando for o caso, os elementos de convicção e as provas materiais que lhe habilitem

“Investigar, punir culpados por corrupção, eliminar privilégios e votar projetos para uma sociedade mais justa é obrigação de todos”

a produzir as peças acusatórias sobre as quais a Justiça dará o seu veredicto. Sentenças que não são exclusivas do Judiciário. A sociedade saberá julgar aqueles cuja

estatura não estiver à altura dos mandatos – afirmou.

Segundo assinalou, ao homem público não cabe aguardar elogios por cumprir suas obrigações. Afirmou que a prestação de contas que acabara de fazer é um dever do Congresso.

– Investigar, punir culpados por corrupção, eliminar privilégios e votar projetos para uma sociedade mais justa é uma obrigação de todos. Devemos continuar assim: moralizando e valorizando o Legislativo – disse.



Renan Calheiros (E) cita, entre as conquistas do Parlamento, o fim da remuneração extra em convocações e a redução do recesso

Lida ontem pelo 1º secretário do Congresso, deputado Inocêncio Oliveira, mensagem ressalta integração entre os três Poderes e destaca avanços conquistados em 2005



Ministra Dilma Rousseff entrega a Renan (D) e a Aldo Rebelo mensagem presidencial encaminhada a deputados e senadores

Presidente Lula aponta projetos que espera ver aprovados em 2006

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva espera que o Congresso Nacional aprove em 2006 o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; a Política Nacional de Saneamento Básico; o Conselho Nacional de Bioética e o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, entre outras matérias. Na mensagem encaminhada a deputados e senadores, além das expectativas para este ano, o presidente elogiou o trabalho do Legislativo em 2005, sobretudo na aprovação do Programa Nacional de Micro-Crédito Orientado; da MP do Bem; da Lei de Falências; do Programa Nacional de Biodiesel; do Pró-Jovem e do Programa Universidade para Todos (ProUni).

Lida ontem durante a solenidade de abertura da 4ª Sessão Legislativa da 52ª Legislatura pelo 1º secretário do Congresso, deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE), a mensagem presidencial destaca o esforço do Legislativo e do Judiciário – em parceria com o Executivo – e o engajamento da sociedade para que o Brasil pudesse apresentar melhores números econômicos e sociais em 2005 do que ao final

do ano anterior.

Na avaliação do governo federal, expressa na mensagem levada ao Congresso pela ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, o Brasil conseguiu se transformar em um país com mais desenvolvimento e menos desigualdade, priorizando ao mesmo tempo questões econômicas e sociais. A mensagem cita dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios, divulgada pelo IBGE em novembro passado, que confirmou a redução da pobreza e da concentração de renda.

“Nesses últimos três anos foram criados 3,4 milhões de novos postos de trabalho, todos com carteira assinada. Além disso, mais de 80% dos acordos salariais fechados em 2005 resultaram em reajustes iguais ou superiores à inflação. Pela primeira vez em décadas, uma ampla negociação entre governo e centrais sindicais definiu o valor do novo salário mínimo, que já foi encaminhado ao Congresso na forma de um projeto de lei”, enumera o presidente Lula na mensagem aos parlamentares.

O comércio exterior também foi tema do texto presidencial. A

busca de uma maior integração entre os países da América do Sul é citada como responsável por obras já anunciadas que serão importantes para o país, como a Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco – uma parceria entre o Brasil e a Venezuela –, e o Gasoduto do Sul, que envolve a Argentina, o Brasil e a Venezuela.

Exportações

O crescimento das exportações brasileiras mereceu destaque na mensagem presidencial. Além de comemorar o faturamento de US\$ 118,3 bilhões em 2005 com a exportação de produtos, o que gerou um saldo comercial de US\$ 47 bilhões, o presidente prevê a continuidade da expansão das exportações este ano, gerando mais emprego e renda.

O presidente da República também citou, em sua mensagem, dados sobre programas de seu governo como Luz para Todos, Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf), Bolsa-Família, ProUni e reforma agrária. Sobre o Bolsa-Família, que hoje, segundo o governo, beneficia 8,7 milhões de famílias – o equivalente a 77% das pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza –, a mensagem revela a expectativa de que chegue a 100% das famílias extremamente pobres do país.

Jobim defende pacto entre Poderes, com independência do Judiciário

Ao discursar ontem na abertura do ano legislativo, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Nelson Jobim, defendeu a independência do Poder Judiciário, embora tenha pregado a necessidade do aprofundamento de um pacto entre os Poderes.

– O Judiciário trairia sua finalidade se negligenciasse em decidir sobre a validade dos atos dos Poderes Legislativo e Executivo – afirmou.

Para o presidente do STF, a sociedade exige que o pacto firmado em dezembro de 2004, tendo como norte a reforma do Judiciário, não se restrinja ao registro de boas intenções. Seria necessário, observou, reformar o sistema de recursos e de procedimentos; ampliar o acesso à Justiça por meio das defensorias públicas; otimizar a atuação dos juizados especiais e da Justiça itinerante; encontrar solução para os precatórios vencidos e não pagos; entre outras medidas.

– Os Poderes devem ser parceiros na empreitada de edificar um país socialmente justo e institucionalmente republicano, no aprofundamento da democracia, nas reformas legais e institucionais e na construção do desenvolvimento nacional – disse.

Em cumprimento a dispositivo

constitucional, o presidente do Supremo entregou aos presidentes do Senado e da Câmara relatório do primeiro ano de funcionamento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Além disso, recomendou ações para o aperfeiçoamento do sistema legal e judicial do país.

– A nação deseja, merece e exige prestação de suas contas. É tempo de o Poder Judiciário ser transparente – assinalou.

No entender do presidente do STF, em um ambiente de globalização, tão importante quanto proferir uma decisão correta é proferi-la em tempo oportuno e de forma eficaz. Mas ressaltou que “eficiência não se confunde com rapidez”.

Entre as decisões tomadas em 2005 pelo CNJ, Jobim destacou, entre outras, a proibição do nepotismo no Judiciário e a determinação de que as promoções de magistrados ocorram em sessão pública, com voto aberto e fundamentado.

Como prioridade para 2006, ele sugeriu a aprovação dos projetos sobre Processos Penal, Trabalhista e Civil. Pediu ainda mais apoio aos juizados especiais e às primeiras instâncias do Judiciário, além de prioridade às escolas nacionais de Magistratura.



Em discurso na abertura do ano legislativo, Jobim ressalta ações do Conselho de Justiça

Lideranças do Senado avaliam resultados da convocação

Os principais líderes partidários concordam: muitas matérias importantes foram votadas pelo Congresso Nacional durante a convocação extraordinária. Para muitos parlamentares, ela foi uma das mais produtivas dos últimos anos. Veja como alguns senadores avaliam o desempenho do Plenário e das CPIs



• **O SENADO APRECIOU** perto de 60 matérias, todas de grande relevância para o país. As CPIs funcionaram normalmente, aprofundando as suas investigações, e o Congresso acompanhou o debate nacional. O saldo da convocação é bastante positivo.

TIÃO VIANA (PT-AC), vice-presidente do Senado



• **UMA DAS MATÉRIAS** mais importantes que foram aprovadas, a que altera o rito de tramitação das medidas provisórias, recupera a prerrogativa do Congresso de legislar. Essa norma adotada pelo Senado estabelece um filtro para que as medidas inconstitucionais sejam de pronto devolvidas ao Executivo.

ALVARO DIAS (PSDB-PR), vice-líder da Minoria



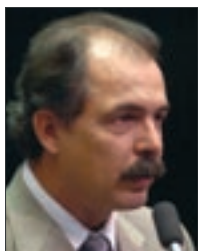
• **O SENADO VOTOU** praticamente 90% da agenda, e acredito que a votação do Orçamento estará concluída na próxima semana. As CPIs trabalharam bem. Na CPI dos Bingos aprovamos o relatório parcial da G-Tech e avançamos nas investigações.

EFRAIM MORAIS (PFL-PB), 1º secretário do Senado



• **A CONVOCAÇÃO NÃO** deveria ter sido feita, mas, já que foi, respeito a decisão. O Senado cumpriu a sua missão votando matérias importantes. Mas, se não tivesse ocorrido, eu teria achado melhor, pois, como sou municipalista, teria sido possível visitar com mais frequência as cidades do meu estado.

JOÃO RIBEIRO (TO), líder do PL



• **TODOS OS PRINCIPAIS** projetos foram votados, com participação ativa de todos os senadores. Aprovamos matérias relevantes, inclusive aquela que reduz o recesso para 55 dias. Desde que cheguei ao Congresso, em 1990, lutamos pela aprovação desse projeto.

ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP), líder do governo no Senado



• **INICIALMENTE, A CONVOCAÇÃO** foi equivocada, pois o Plenário só começou a funcionar em 16 de janeiro. Mas, quando as comissões e o Plenário iniciaram seus trabalhos, avançamos em muitas matérias importantes, aprovando até algo que era impensável: limitar a edição de MPs. No final, o saldo é positivo.

CÉSAR BORGES (BA), vice-líder do PFL



• **A CONVOCAÇÃO FOI** muito criticada; primeiro, porque o governo acionou baterias para fazer com que, enquanto se criticasse o Congresso, não se falasse de mensalão. Segundo, porque o recesso longo e a convocação remunerada não estavam de acordo com o que desejava a sociedade. Agora isso foi mudado.

ARTHUR VIRGÍLIO (AM), líder do PSDB



• **APROVAMOS MATÉRIAS IMPORTANTÍSSIMAS** para a sociedade. A emenda que acabou com o pagamento extra da convocação foi importante, apesar de achar que não é esse tipo de coisa que pode moralizar o trabalho dos políticos. Destaco também a aprovação do projeto de gestão das florestas.

ANA JÚLIA CAREPA (PA), vice-líder do PT



• **O BALANÇO DA** convocação é positivo. As pesquisas de opinião pública mostram uma melhora na avaliação do Congresso, o que faz jus aos fatos. Deliberamos várias vezes até tarde da noite, votando matérias prioritárias. Mais do que a quantidade, essa melhora na avaliação reflete a qualidade do que se votou.

JOSÉ AGRIPINO (RN), líder do PFL



• **ESSA CONVOCAÇÃO SURPREENDEU** a opinião pública. Foi dada uma satisfação ao povo com o fim do pagamento extra pela convocação. Considero que a reforma política, com o fim da verticalização e a lei que reduz os gastos de campanha, está entre as proposições mais relevantes.

MARCELO CRIVELLA (RJ), líder do PRB



• **ESTOU NO SENADO** há 11 anos e assisti a muitas convocações extraordinárias. Nenhuma com tanta produtividade como esta.

FERNANDO BEZERRA (PTB-RN), líder do governo no Congresso



HELOÍSA HELENA (AL), líder do PSOL



• **MATÉRIAS DA MAIS** alta importância foram objeto de apreciação durante a convocação extraordinária, a começar pela redução do recesso parlamentar.

ANTÔNIO CARLOS VALADARES (SE), líder do PSB



• **VOTAMOS TUDO O** que chegou aqui. Por duas vezes limpamos a pauta completamente e queremos votar aquilo que foi colocado como imprescindível para a convocação.

NEY SUASSUNA (PB), líder do PMDB e da Maioria

• **TODAS AS MATÉRIAS** que foram votadas no período da convocação extraordinária poderiam ter sido votadas durante o ano legislativo, sem aprofundar a desmoralização do Congresso e sem promover a fortuna de gastos que isso significou para os cofres públicos.



• **ESTA DEVE TER** sido a convocação mais produtiva entre as de que participei. O Senado finalmente aprovou uma regulamentação adequada para as MPs e o projeto de gestão das florestas públicas.

JEFFERSON PÉRES (AM), líder do PDT

Entre as propostas estão as reformas sindical, trabalhista, tributária e eleitoral, além do projeto que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, o Fundeb

Fotos: Roosevelt Pinheiro



Cerimônia de abertura do ano legislativo no Congresso Nacional reuniu diversos parlamentares no Plenário da Câmara

Parlamentares esperam ano produtivo e exame de reformas

O ano de 2006 deverá ser bastante produtivo do ponto de vista legislativo. Foi o que previram vários senadores enquanto transcorria a cerimônia de abertura dos trabalhos do Congresso neste ano. Para o senador Sibá Machado (PT-AC), as eleições e a Copa do Mundo não atrapalharão as deliberações, e o ritmo da convocação extraordinária, quando o Senado votou 59 matérias, será mantido.

O líder do PFL, senador José Agripino (RN), observou que, se a Câmara aprovar a proposta de emenda constitucional (PEC 72/05) que modifica o rito de tramitação das medidas provisórias (MPs), será aberta “uma perspectiva alvissareira para o Congresso”, já que as MPs deverão iniciar seus trâmites alternadamente no Senado e na Câmara, evitando o trancamento das pautas das Casas. Para Agripino, os projetos mais urgentes são as reformas sindical e trabalhista.

Já o líder do governo no Con-

gresso, senador Fernando Bezerra (PTB-RN), acredita que a produção do Senado e da Câmara se concentrará no primeiro semestre deste ano, em razão das eleições de outubro, que mobilizarão diversos parlamentares. Ele indicou a reforma trabalhista como uma das matérias mais relevantes que devem ser debatidas em 2006. O

senador Amir Lando (PMDB-RO), por sua vez, destacou as reformas tributária e eleitoral.

Jefferson Péres (PDT-AM) disse concordar com a

avaliação de que o segundo semestre ficará prejudicado com as eleições. Ele prevê que os trabalhos deverão ser intensificados até maio, como ocorreu durante a convocação extraordinária. Para o senador, as prioridades são o Fundeb e a reforma infraconstitucional do Judiciário.

Almeida Lima (PMDB-SE) saudou a presença do presidente do Supremo Tribunal Federal na sessão solene, considerando

positivo o comparecimento de Nelson Jobim ao Congresso e sua mensagem sobre as atividades do Poder Judiciário. Ney Suassuna (PB), líder do PMDB no Senado, elogiou a participação de Jobim na sessão, dizendo que, sempre que se estabelece o contato pessoal entre membros dos dois Poderes, a relação entre ambos melhora.

José Agripino disse estranhar a ausência do presidente da República na cerimônia, lembrando que Lula havia anunciado seu comparecimento à sessão de abertura dos trabalhos legislativos. Para o líder do PFL, o fato demonstra que o presidente “tem uma relação encabulada com o Congresso Nacional”.

Almeida Lima comentou que a presença do presidente na abertura do ano legislativo não é uma tradição no Brasil, enquanto Sibá Machado justificou a ausência de Lula dizendo que o presidente deve se preservar, agora que as pesquisas eleitorais detectaram a melhora dele nos índices de intenção de voto, provocando o aumento das críticas da oposição.

ERRATA Ao contrário do que publicou ontem o **Jornal do Senado**, a senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) não afirmou que a “Vale do Rio Doce não traz benefícios ao país”, como consta do título da matéria na página 7. Em discurso em Plenário, na terça-feira, a senadora frisou que “os erros do passado não anulam a importância que a Cia. Vale do Rio Doce, mesmo privatizada, teve e

tem para o crescimento do Brasil”. Ela lembrou que “a Vale do Rio Doce é, hoje, uma empresa privada de enorme rentabilidade”. Mas acrescentou ser “lastimável” que os lucros elevados, produzidos pela exploração de recursos não-renováveis, não tenham sido aproveitados para “corrigir os problemas que a própria atividade econômica gera, além de outros estruturais existentes no nosso estado”.

Ideli Salvatti assume novamente a liderança do PT

A bancada do PT no Senado tem nova líder para 2006: é a senadora Ideli Salvatti (SC), que ocupa a vaga de Delcídio Amaral (MS). Desde o ano passado, Delcídio vinha acumulando o cargo de líder do partido com a presidência de uma das mais importantes comissões parlamentares de inquérito em andamento no Congresso: a dos Correios.

Ideli, que pela segunda vez durante o governo do presidente Lula ocupa a liderança do PT no Senado, foi eleita por consenso da bancada petista, apesar de os senadores Eduardo Suplicy (SP) e Ana Júlia Carepa (PA) também terem colocado os seus nomes para análise. A nova líder adiantou que Suplicy irá para a vice-liderança do governo e que Ana Júlia ocupará uma das vice-lideranças do PT.

– O importante é que haverá uma distribuição de tarefas entre todos os membros do PT no Senado – observou Ideli Salvatti.

Ela observou que a reunião da bancada mostrou um salto de qualidade do partido, ao demonstrar



Ideli anuncia plantão no Plenário para responder às críticas da oposição

que possui “unidade, harmonia e experiência acumulada, principalmente num ano de crise, como foi 2005”.

A senadora adiantou que a maior prioridade da liderança do PT, no momento, é a aprovação, pelo Senado, do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (Fundeb), já aprovado pela Câmara. Para Ideli, é fundamental que o Fundeb vire lei antes da votação do Orçamento da União, a fim de que os recursos sejam imediatamente canalizados para o novo fundo. Ela afirmou ainda que, como líder, irá criar uma espécie de plantão no Plenário do Senado, às segundas e sextas-feiras, para que os membros do PT possam responder de pronto às críticas da oposição.

Mesa do Senado recebe 38 novas proposições

Nos últimos oito dias, a Secretaria Geral da Mesa do Senado recebeu 38 proposições. Além de três novos projetos de lei assinados por senadores, o grupo de proposições inclui dois projetos de lei da Câmara, duas mensagens da Presidência da República, um aviso, 12 projetos de decreto legislativo e 18 requerimentos.

Entre as matérias recebidas pela Secretaria Geral, está o projeto apresentado pelos senadores Renan Calheiros (PMDB-AL) e Fernando Bezerra (PTB-RN) disciplinando as operações de câmbio e movimentação de capital estrangeiro no país, para eliminar a chamada “cobertura cambial” nas operações de exportação e abolir a vedação à compensação cambial.

A proposta de Calheiros e Bezerra (PLS-Complementar 32/06) regulamenta o artigo 192 da Constituição para permitir as operações de compra e venda de moedas estrangeiras no país, entre residentes e não-residentes. Pelo projeto, será permitida a manutenção de conta corrente em moeda estrangeira, em instituições autorizadas pelo Banco Central para essa finalidade, quando os recursos forem origi-

nários de créditos ou haveres em moeda estrangeira. O Ministério da Fazenda deverá fixar o valor a partir do qual se fará necessária uma declaração por escrito dos montantes.

Caberá ao Conselho Monetário Nacional regulamentar a abertura, a movimentação e a utilização dessas contas correntes, podendo impor restrições ao livre fluxo de divisas – inclusive a outorga de monopólio temporário ao Banco Central – quando ocorrer desequilíbrio no balanço de pagamentos do país.

Outros projetos

Também foram apresentados os PLSs 31/06 e 33/06. O primeiro, do senador Gerson Camata (PMDB-ES), dispõe sobre a inclusão da letra do Hino Nacional brasileiro nas contracapas de cadernos e livros escolares produzidos e adquiridos com recursos públicos. Camata quer facilitar o acesso dos estudantes à letra do hino. O outro projeto, do senador Edison Lobão (PFL-MA), institui o Fundo de Desenvolvimento do Estado do Maranhão (FDMA). A finalidade da proposta é assegurar recursos para que se criem condições indutoras do desenvolvimento do estado.

O quarto mercado consumidor do mundo

A aproximação **Brasil-Argentina** durante os governos José Sarney e Raul Alfonsín, em 1988, está na raiz do processo que levaria à formação do **Mercosul**, o que acabou acontecendo três anos depois, com a incorporação do **Paraguai** e do **Uruguai** ao bloco. Em 1996, foram assinados os acordos de livre comércio com o **Chile** e a **Bolívia**. Em dezembro de 2005, a **Venezuela** se integrou ao Mercosul



Como agrupamento econômico, o Mercosul constitui o quarto maior mercado consumidor do mundo, após os **Estados Unidos**, a **União Européia** e o **Japão**



Em discussão agenda para instalar Parlamento do Mercosul

A agenda de instalação do futuro Parlamento do Mercosul será traçada durante encontro dos presidentes das seções nacionais da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul (CPCM), a partir da próxima segunda-feira. Durante dois dias, em Montevidéu, eles definirão os próximos passos do estabelecimento do parlamento regional, que deverá entrar em funcionamento até o ano que vem.

Ainda serão discutidos em Montevidéu os detalhes da sessão especial do Parlamento do Mercosul que será realizada no dia 27 de março, em Buenos Aires, para assinalar o 15º aniversário da criação do bloco econômico que une Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

Durante recente visita a Brasília, o presidente da Comissão de Representantes do Mercosul,

Carlos Chacho Álvarez, afirmou que o evento servirá para demonstrar a “vontade política dos países-membros” de fortalecer o bloco.

Na próxima segunda-feira, em Montevidéu, estará também em pauta o estágio de tramitação, nos legislativos nacionais de cada integrante, da proposta de criação do Parlamento do Mercosul. No caso do Brasil, o texto deverá ser submetido nos próximos dias pelo governo ao Congresso Nacional.

Outro tema que será debatido pelos presidentes das seções nacionais da CPCM é o acordo, com a União Européia, de cooperação técnica para a implantação do Parlamento do Mercosul. Os resultados obtidos até o momento com a experiência de criação do Parlamento Europeu deverão ser repassados aos parlamentares sul-americanos.

Líder do governo afirma que será editada nas próximas semanas medida provisória para beneficiar micro, pequenos e médios produtores do semi-árido nordestino

Mercadante: Lula vetará projeto sobre renegociação de dívida

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), anunciou ontem que o presidente Lula vetará o projeto de lei (PLC 142/05) sobre a repactuação de dívidas de agricultores nordestinos, aprovado na terça-feira, na última sessão plenária da convocação extraordinária. Ele informou ainda que o governo deverá editar nas próximas semanas uma medida provisória (MP) para beneficiar exclusivamente micro, pequenos e médios produtores do semi-árido nordestino.

O texto acolhido estabelece prazo de 25 anos para a amortização das dívidas renegociadas, incluídos quatro anos de carência. Além dessas vantagens para os agricultores, o PLC prevê, no caso de pagamento em dia



Célio Azevedo

"Não há condições de absorver impacto dessa magnitude", diz Mercadante

das prestações, a concessão de descontos de 3% sobre o saldo devedor.

Mercadante justificou a necessidade do veto devido ao impacto fiscal do projeto sobre as contas públicas. A proposta original que

veio da Câmara, disse o petista, poderia ter um impacto de R\$ 7 bilhões com a emissão de títulos pelo Tesouro Nacional para garantir o valor das operações contratadas apenas pelo Banco do Nordeste.

– Isso é metade dos investimentos programados pelo estado brasileiro para 2006. Não há condições de se absorver um impacto dessa magnitude – afirmou.

A medida provisória a ser editada pelo Executivo deverá atender agricultores com contratos em atraso no valor de até R\$ 50 mil. Os prazos de amortização serão de apenas dez anos e os juros a incidirem sobre os saldos devedores ficarão em 8,75%, maiores do que na proposta original da Câmara dos Deputados.

Comissão de Orçamento aprova nova reestimativa

O governo não aceitou a reestimativa de arrecadação federal feita pelo Comitê de Receitas da Comissão de Orçamento do Congresso. Com isso, o relator-geral do projeto orçamentário de 2006, deputado Carlito Merss (PT-SC), só usará R\$ 15,2 bilhões de receitas adicionais da reestimativa – aprovada na noite de ontem pela Comissão de Orçamento – e não R\$ 18,3 bilhões. A perda chega a R\$ 3,1 bilhões.

Depois de reuniões com ministros, Merss esboça uma redistribuição de verbas oriundas da reestimativa. As chances dos salários dos funcionários públicos receberem uma verba de R\$ 3,5 bilhões aumentaram muito. Esse valor, somado a uma verba de R\$



Moreira Matiz

Governo não aceita números do Comitê de Receitas e Orçamento perde R\$ 3 bilhões

1,5 bilhão que já está no Orçamento, será suficiente para todos os servidores federais ganharem, ao final dos quatro anos do governo Lula, no mínimo, um reajuste de 29% – mesmo percentual da inflação do período.

O maior problema que a votação do Orçamento de 2006 enfrenta agora é a solicitação dos

governadores, que reivindicam mais verbas para compensar isenções nas exportações (Lei Kandir). Eles já receberam R\$ 3,4 bilhões e querem pelo menos mais R\$ 4 bilhões. O impasse diminui as chances de votação final do Orçamento ainda neste mês, como quer o Executivo federal.



Tião Viana (E) entrega projeto de central de produtos agroflorestais a Roberto Rodrigues

Projeto de central de abastecimento em Rio Branco

O ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues, recebeu ontem o projeto executivo para a construção de uma central de abastecimento e distribuição de produtos agroflorestais em Rio Branco. O documento foi entregue pelo senador Tião Viana (PT-AC) e pelo prefeito da capital acreana, Raimundo Angelim (PT), na Câ-

mara dos Deputados.

De acordo com Angelim, o empreendimento custará R\$ 7,5 milhões e funcionará nos moldes das Centrais de Abastecimento (Ceasa) existentes na maioria das capitais. Segundo ele, a central deverá ser construída ainda neste ano e favorecerá a comercialização da produção agrícola de Rio Branco e do eixo de integração

Peru-Bolívia.

Tião Viana ressaltou que a implementação da central de abastecimento em Rio Branco contribuirá para a definição de uma política de desenvolvimento rural “madura” para a região amazônica ocidental. Conforme o senador, Roberto Rodrigues demonstrou “absoluta solidariedade” ao projeto.

Ex-diretor contesta denúncias feitas por Roberto Jefferson de que sobras do orçamento de Furnas eram repartidas com o PT e dirigentes da estatal



Cercado por jornalistas e munido de *habeas corpus*, Dimas Toledo dirige-se à sala da CPI dos Correios, onde prestou depoimento

Dimas nega autoria de lista e diz que documento é montagem

Em depoimento prestado ontem à CPI dos Correios, o ex-diretor de Furnas Dimas Toledo negou qualquer participação na elaboração da lista com 156 nomes de políticos de 12 partidos da base do então presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Os políticos citados teriam, supostamente, recebido recursos de caixa dois administrados pela empresa na campanha de 2002.

Uma cópia da lista, que contém a assinatura de Dimas, foi entregue à Polícia Federal pelo lobista mineiro Nilton Monteiro. O documento apontaria a origem dos recursos – empreiteiras, bancos, empresas privadas, estatais e prestadoras de serviços.

– Isso tudo foi feito para manchar o nome de pessoas e empresas, mas não vai macular Furnas, que nunca teve um dirigente sequer punido por improbidade administrativa – protestou o ex-dirigente da estatal.

Dimas garantiu não conhecer Nilton Monteiro, mas disse que ouvira falar no lobista, pois, há alguns anos, este fizera ameaças à secretária do ex-diretor, por não ter sido contratado numa licitação. Nilton Monteiro responde a uma série de processos judiciais por falsificação de documentos.

A chamada “lista de Furnas” veio à tona por meio de denúncia do ex-deputado federal e ex-presidente do PTB Roberto Jefferson, que alega ter recebido, ele próprio, R\$ 75 mil por meio desse esquema.

– As afirmações de Roberto Jefferson são falsas – garantiu o ex-diretor.

Esquema

Segundo Dimas Toledo, também não tem nenhum fundamento a outra acusação apresentada pelo ex-deputado em junho do ano passado, segundo a qual valores que sobravam do orçamento de Furnas todo mês (R\$ 3 milhões) seriam repartidos entre o PT nacional (R\$ 1 milhão), o PT de Minas Gerais (R\$ 1 milhão), deputados que saíram do PSDB e foram para a base do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (R\$ 500 mil) e diretores de Furnas (R\$ 500 mil).

Jefferson sustenta que o próprio Dimas teria lhe explicado como os recursos eram distribuídos. O ex-diretor, no entanto, narrou ao deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), relator da CPI dos Correios, que só esteve com Jefferson uma vez, em abril de 2005, na casa do então parlamentar e a convite dele, e que não tratou de nenhum desses

dois assuntos.

Dimas explicou que se encontrou com Jefferson porque estava ciente de que seu cargo se achava à disposição do PTB e soube que o ex-deputado pretendia indicar para a direção da hidrelétrica alguém de fora de Furnas.

– Eu precisava convencê-lo a colocar alguém da casa, como sempre foi, tradicionalmente – disse Dimas.

O ex-dirigente da estatal salientou considerar natural que a direção das estatais seja ocupada por pessoas indicadas por partidos políticos. “Isso não significa que os partidos tenham interesses financeiros nas empresas. É apenas uma forma de eles implementarem seus programas.”

Ameaças a Delcídio

Antes do início do depoimento de Dimas Toledo, os parlamentares prestaram solidariedade ao senador Delcídio Amaral (PT-MS), presidente da CPI, que, na manhã de ontem, recebeu uma carta anônima com ameaças a membros de sua família. O senador comunicou o fato à Polícia Federal e ao Ministério da Justiça.

– Obrigado pela amizade, companheirismo e confiança – agradeceu Delcídio Amaral, emocionado.

Relatório final da CPI dos Bingos deve ser votado até 25 de abril

O relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Bingos deverá estar concluído até o final de março, para que possa ser votado até o dia 25 de abril. A previsão foi feita ontem pelo relator da comissão, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), ao comentar o resultado das atividades do Congresso Nacional durante a convocação extraordinária e o andamento dos trabalhos da CPI nos últimos dois meses.

Garibaldi destacou que o funcionamento do Parlamento em período extraordinário contribuiu para a votação de importantes matérias, como a aprovação, pelo Senado, da proposta de emenda à Constituição (PEC 72/05) que altera as regras para a edição e tramitação de medidas provisórias (MPs). A matéria, que tem como primeiro signatário o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), foi remetida para análise da Câmara dos Deputados.

– A proposta vai possibilitar que o Congresso não seja tolhido pelo trancamento da pauta, ao mesmo tempo em que as medidas provisórias só entrarão em

vigor após serem apreciadas por uma comissão e ou pelo Plenário – avaliou.

Pela proposta aprovada no Senado, as MPs deixarão de ter força de lei após serem editadas pelo Poder Executivo, e só passarão a vigorar depois de análise dos critérios de relevância e urgência pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) da Câmara ou do Senado, em um período de até três dias úteis.

Equilíbrio

O relator da CPI dos Bingos lembrou ainda que, no decorrer deste ano eleitoral, os parlamentares precisarão conciliar os trabalhos parlamentares e as atividades partidárias, sem recorrer ao que ele considera “radicalismo”.

– É importante que os parlamentares não se deixem contaminar por aquele sentimento de maior radicalismo, que muitas vezes impede o Parlamento de chegar às suas melhores decisões. Cada um deve defender arduamente as suas posições, mas também não deve levar esse ardor ao extremo de provocar, aqui no Congresso, uma discussão muito radical – concluiu Garibaldi.



Garibaldi, entre Efraim (E) e Mozarildo, prevê que relatório da CPI fica pronto em março

Delcídio recebe carta contendo ameaças contra sua família

O presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, senador Delcídio Amaral (PT-MS), reuniu-se ontem com o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, com o objetivo de relatar ameaças que recebeu por meio de uma carta. Eles também trataram de questões relacionadas à segurança em Mato Grosso do Sul.

No início da manhã de ontem, uma carta contendo ameaças contra a mulher e as três filhas de Delcídio foi deixada na casa do senador, que acionou imediatamente a polícia secreta de Mato Grosso do Sul.



Delcídio acionou a polícia secreta de MS e buscou apoio junto ao ministro da Justiça

De acordo com o presidente da CPI dos Correios, a carta era datilografada e continha termos chulos, não fazia referência a nenhum contexto político, trazia ameaças graves e aparentemente foi escrita por pessoa que conhece a rotina da casa.